



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS



PARECER

Projeto de Lei nº47, de 2025.

Altera a Lei Municipal n.º 2.270 de 5 de novembro de 2024, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Indianópolis-MG, para exercício financeiro de 2025.

1 - Do Relatório:

Em respeito a determinação do art. 35, I, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, após parecer favorável apresentado pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação; e da Comissão de Finanças e Controle, a Comissão de Serviços Públicos da Câmara Municipal de Indianópolis/MG, apresenta o presente parecer sobre a análise mérito do projeto de Lei nº 47/2025 proveniente do Poder Executivo Municipal, que altera a Lei Municipal n.º 2.270 de 5 de novembro de 2024, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Indianópolis-MG, para exercício financeiro de 2025.

O projeto de lei em análise tem por objetivo ampliar o limite de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária Anual, justificando-se pelo excesso de arrecadação já constatado no exercício de 2025 e pela necessidade de adequar dotações que se tornaram insuficientes para o cumprimento das despesas públicas.

Temos que o parecer desta Comissão é o seguinte:

2 – Da análise de mérito:

O Executivo justifica a alteração legislativa em virtude da arrecadação superior à prevista e da constatação de que diversas dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

tornaram-se insuficientes diante da realidade orçamentária atual. O limite de remanejamento inicialmente autorizado mostrou-se restritivo, o que poderia comprometer a execução de despesas essenciais, razão pela qual se busca a elevação para o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), já adotado em exercícios anteriores conforme previsão na Lei Municipal nº 2.259/2024.

A ampliação do percentual de suplementação permitirá maior flexibilidade na execução orçamentária, garantindo que a Administração Pública tenha condições de dar continuidade às políticas públicas e de assegurar a prestação regular de serviços básicos, como saúde, educação, transporte e infraestrutura.

Trata-se de medida que assegura a boa gestão dos recursos, respeitando os princípios da legalidade, da eficiência e da continuidade do serviço público, além de reforçar o compromisso com a transparência e com a correta aplicação das receitas arrecadadas.

É importante ressaltar que não se trata de aumento de despesa sem lastro financeiro, mas de ajuste técnico que possibilita a aplicação de recursos efetivamente disponíveis em áreas de maior necessidade, evitando atrasos e prejuízos à coletividade.

Por todo exposto, evidente está a relevância e a necessidade da criação deste projeto, que atende plenamente ao interesse coletivo e fortalece a política pública.

3 - Conclusão

Diante do exposto, a Comissão de Serviços Públicos manifesta-se favoravelmente à tramitação do Projeto de Lei nº 47/2025, entendendo que a proposta contribui significativamente para melhoria dos processos sociais do Município.

Sala das Reuniões, 22 de setembro de 2025.



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Janizio Moacir Vaz de Resende
Relator/Presidente

Clodoaldo José Borges
Vice-presidente

Leonardo Alves Vieira
Membro

